

# O CORPO DA NAÇÃO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NAS RELAÇÕES ENTRE EXÉRCITO BRASILEIRO, CORPOREIDADE E NACIONALISMO. UMA LEITURA HISTÓRICO-ANTROPOLÓGICA

*Diego Wander Thomaz<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este artigo procura tratar de temas que concernem ao corpo e sua fabricação associados às ideologias da “modernidade” e às conformações dos Estados nacionais e suas instituições. Mais especificamente, trata-se de abordar as relações, do ponto de vista histórico e antropológico, entre o uso racional do corpo e a forja de um “espírito coletivo” através da ginástica, da educação física e do esporte, relações estas mediadas por instituições de Estado, com destaque para o Exército Brasileiro. Após breve panorama sobre os vínculos existentes entre os nacionalismos e o surgimento dos exércitos, os quais, segundo análise empreendida, operam de modo sistemático e estrutural através de relações de “troca”, passo ao caso brasileiro e às fases estabelecidas por alguns autores para caracterizar cada período, suas influências, aproximações e distanciamentos no que concerne às relações entre o Exército, sua doutrina e organização hierárquica, a educação física enquanto “disciplina” ou “pedagogia” e os desportos, tomados como “práticas corporificadas”. Por fim, trato das associações mais recentes entre militares e a política esportiva nacional através de fomentos ao esporte olímpico; enfim, uma reinserção do Exército Brasileiro no cenário da gestão esportiva, que aponta uma vez mais para a relação entre o corpo disciplinado e o “espírito coletivo” engendrado pelo nacionalismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Corporeidade. Educação Física. Esporte. Militares. Nacionalismo.

---

<sup>1</sup> Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: [dwthomaz@gmail.com](mailto:dwthomaz@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3222-8267>. Agradeço aos pareceristas anônimos pelas contribuições e à FAPESP pelo financiamento da pesquisa de que este artigo é derivado, processo n° 2017/14.770-3.

## **THE BODY OF THE NATION: CHANGES AND PERMANENCE IN THE RELATIONS BETWEEN BRAZILIAN ARMY, CORPOREITY AND NATIONALISM. AN HISTORICAL- ANTHROPOLOGICAL READING**

**ABSTRACT:** This article seeks to address themes that concern the body and its manufacture associated with the ideologies of “modernity” and the conformations of national states and their institutions. More specifically, it deals with the relationship, from the historical and anthropological point of view, between rational use of the body and the forging of a “collective spirit” through gymnastics, physical education and sports, relations mediated by state institutions, especially the Brazilian Army. After a brief overview of the links between nationalisms and the emergence of the armies, which, according to the analysis undertaken, operate systematically and structurally through “exchange” relations, I move to the Brazilian case and to the phases established by some authors to characterize each period, its influences, approaches and distances with regard to relations between the Army, its doctrine and hierarchical organization, physical education as a “discipline” or “pedagogy” and sports, taken as “embodied practices”. Finally, I deal with the most recent associations between the military and national sports policy by promoting Olympic sport; in the end, a reintegration of the Brazilian Army into the scenario of sports management, which points once again to the relationship between the disciplined body and the “collective spirit” engendered by nationalism.

**KEYWORDS:** Corporeity. Physical Education. Sport. Military. Nationalism.

## **EL CUERPO DE LA NACIÓN: CAMBIOS Y PERMANENCIAS EN LAS RELACIONES ENTRE EJÉRCITO BRASILEÑO, CORPOREIDAD Y NACIONALISMO. UNA LECTURA HISTÓRICO- ANTROPOLÓGICA**

**RESUMEN:** Este artículo busca abordar temas que conciernen al cuerpo y su fabricación, asociados con las ideologías de la “modernidad” y las conformaciones de los estados nacionales y sus instituciones. Más específicamente, se trata de abordar las relaciones, desde el punto de vista histórico y antropológico, entre el uso racional del cuerpo y la forja de

un “espírito colectivo” a través de la gimnasia, la educación física y el deporte, relaciones mediadas por instituciones de estado, especialmente el Ejército Brasileño. Después de una breve descripción de los vínculos entre los nacionalismos y el surgimiento de los ejércitos, que, de acuerdo con el análisis realizado, operan sistemática y estructuralmente a través de relaciones de “intercambio”, paso al caso brasileño y a las fases establecidas por algunos autores para caracterizar cada período, sus influencias, enfoques y distancias con respecto a las relaciones entre el Ejército, su doctrina y organización jerárquica, la educación física como una “disciplina” o “pedagogía” y los deportes, tomados como “prácticas incorporadas”. Por fin, trato con las asociaciones más recientes entre los militares y la política deportiva nacional promoviendo el deporte olímpico; al final, una reintegración del Ejército Brasileño en el escenario de la gestión deportiva, que apunta una vez más a la relación entre el cuerpo disciplinado y el “espírito colectivo” engendrado por el nacionalismo.

**PALABRAS CLAVE:** Corporeidad. Educación Física. Deporte. Militares. Nacionalismo.

## INTRODUÇÃO

A partir do século XVII, verifica-se, nos processos de constituição das sociedades ditas ocidentais modernas, todo um enredamento entre aspectos históricos, políticos, econômicos, culturais etc. e, com isso, a conformação de *ethos* nacionais diferenciados entre si, mas com características comuns. Por sua vez, Mauss (2003a) afirma o princípio de que a sociedade/cultura se inscreve sobre os corpos e que uma produção do “corpo” (físico e psíquico) e um “espírito” (social) estariam intrinsecamente relacionados. E uma das mais importantes e produtivas relações que emergem nesse contexto de modernização é aquela estabelecida entre as práticas corporais/corporificadas e a constituição dos nacionalismos. A formação dos exércitos “modernos” ou “nacionais” (LEIRNER, 2001) estaria implicada nesse processo, afinal: “é com o corpo e por meio dele que o militar aprende o que é a guerra [...] O corpo torna-se o primeiro instrumento que o militar aprende a fazer uso” (PIRES, 2018, p. 93). Há, portanto, uma relação intrínseca entre a fabricação do corpo (não à toa nestes meios se fala em “corporação”)<sup>2</sup> e a produção de um *ethos* ou um “espírito coletivo” a ela associado.

<sup>2</sup> Sobre essa característica do Exército, Leirner (2001, pp. 102-103) diz que: “Trata-se não só de instituição moldada à forma ideal de um ‘corpo’, mas, sobretudo, de uma instituição que molda os corpos de seus indivíduos à sua forma”.

As organizações militares modernas operam a partir de dois princípios complementares: hierarquia e disciplina (e veremos como ambos têm relação com ideais de “corpo” e “nação”). O primeiro pode ser explicado a partir de um *modus operandi* pautado em processos de “imitação” e “espelhamento estrutural” das ações de outras tropas, o que torna as operações de certo modo comuns entre os exércitos. Nisso reside a duração e difusão do princípio da “hierarquia”, que rege as relações internas e externas à caserna e estabelece classificações, isto é, o lugar de cada militar dentro e fora da corporação, e o lugar de cada exército no plano sistêmico da guerra. Trata-se, enfim, de um sistema generalizado de trocas entre os exércitos nacionais: o “sistema da guerra” (LEIRNER, 2001). Ainda sobre a hierarquia militar, Leirner (1997, p. 53, grifo no original) afirma que “ela não é somente relevante para o mundo *interno* da caserna, mas também determinante do modo pelo qual as relações com o mundo civil se estruturam”.

Este princípio lógico da hierarquia, por sua vez, se torna fato substantivo através da “disciplina” (pode-se dizer que a disciplina dá “corpo” à hierarquia), a qual incide diretamente sobre os corpos, gestos e condutas, porém não como “poder” de ordem política (que subjuga indivíduos, e que por vezes assume um caráter “oculto”), mas como modulação constante e manifesta da *pessoa militar*, ou seja, pode-se dizer que seria esta, a “disciplina”, a substância da cadeia hierárquica de comando que caracteriza e faz operar as organizações militares modernas (LEIRNER, 1997; 2001). É pela internalização desses princípios, prescrições e/ou regras “elementares” que se fabrica, portanto, a *pessoa*<sup>3</sup> do militar. E a “corporificação” de técnicas, exercícios e treinamentos físicos militares ocupam lugar central nessa fabricação do corpo disciplinado (isto é, da “corporação” propriamente e sua lógica operacional), princípio que circula através do citado regime de trocas entre exércitos nacionais partícipes do chamado “sistema da guerra”; pela lógica da “imitação” e “espelhamento”, portanto, num sistema que estrutura as relações entre organizações militares modernas ou nacionais.

---

3 No sentido atribuído por uma teoria antropológica que remonta a Mauss (2003b).

## NAÇÃO EM ARMAS: A CORPORIFICAÇÃO DO NACIONALISMO

Tais relações entre a fabricação disciplinar dos corpos e as doutrinas militares ficam evidentes quando analisamos o caso brasileiro, cuja origem e formação do exército, nos moldes modernos, remonta à segunda metade do século XIX. Castro (1997), por exemplo, irá tratar da institucionalização da educação física entre os militares no Brasil e de sua difusão de modo sistematizado para estabelecimentos civis de ensino, além da relação de programas de instrução física militar com concepções de “defesa nacional” e de adaptação a um “temperamento brasileiro”. Castro (1997) traça um panorama histórico das relações entre Exército<sup>4</sup> e educação física no Brasil desde o início do século XX, período a partir do qual se intensificaram processos de modernização e profissionalização de equipamentos e de recursos humanos no interior da caserna, além da consolidação de sua doutrina e organização hierárquica.<sup>5</sup> Para contribuir nessa empreitada, contratou-se uma missão estrangeira:

Em termos doutrinários, organizacionais e de instrução, as principais alterações foram decorrentes das atividades da Missão Militar Francesa, que permaneceu no Brasil no período compreendido entre as duas guerras mundiais. [...] O cenário militar europeu era, nessa época, dominado pela noção de “Nação em Armas”, segundo a qual as Forças Armadas, além de responsáveis pela defesa, deveriam ser também uma espécie de “escola da nacionalidade” [...]

---

4 Embora o foco aqui esteja voltado para o Exército Brasileiro, cumpre destacar escolas de educação física e comissões desportivas das outras Forças Armadas (Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira), tais como a Escola de Educação Física da Marinha, fundada em 1925, e a Comissão de Desportos da Aeronáutica, fundada em 1967. Mencione-se também as antigas ligas desportivas militares, como a Liga de *Sports* da Marinha, fundada em 1916, e a Liga de *Sports* do Exército, fundada em 1920 (antiga Liga Militar de *Football*). É preciso citar ainda o caso das Forças Auxiliares, que detinham suas escolas próprias (por exemplo, a Escola de Educação Física da Força Pública de São Paulo, fundada em 1910), e a criação, em 1956, da Comissão de Desportos das Forças Armadas, que abrangia todo o conjunto das três Forças.

5 Incorporada através de mnemotécnicas e refletida em condutas, gestos, posturas e expressões por ela prescritos, isto é, pela disciplina que opera a cadeia de comando numa instituição militar (LEIRNER, 2001).

Com isso, o Exército via-se diretamente ligado à *Nação*, entidade da qual, mais que guardião, era também formador (CASTRO, 1997, pp. 2-3, grifo no original).

A educação física, nesse contexto, era ainda concebida como uma atividade essencialmente militar, diferentemente da concepção que se tem atualmente, de uma atividade voltada para a saúde, o lazer, o desporto e a ludicidade. Ainda no século XIX, “métodos nacionais” de ginástica e educação física foram desenvolvidos em países europeus, como Dinamarca, Suécia, Alemanha e França. Tais métodos eram difundidos através de manuais e aplicados nas escolas e institutos de ginástica e educação física fundados no período, de orientação militar e de caráter nacionalista, tendo exercido influências recíprocas<sup>6</sup> uns sobre os outros (CASTRO, 1997). Dizia-se à época que “é por meio do corpo que se educará o caráter e, a seguir, que se poderá formar uma nação. É por meio do corpo, de sua educação pela ginástica [...]” (SANT’ANNA, 2001, p. 107).

Em estudo sobre a “arte” e a “ciência” do movimento, Soares (2009, p. 135, grifo no original) afirma que: “para além de uma prática, de uma técnica, de uma pedagogia, a ginástica foi uma *instituição* que alimentou ideias e ideais de educação republicana”; afirma, ainda, que a ginástica “[...] enraíza a política nas coisas ordinárias da vida, na medida em que articula símbolos patrióticos e republicanos nas técnicas do corpo” (SOARES, 2009, p. 139). Isso está de acordo com a noção, à época difundida, de corpo como “expressão de civilização” (SOARES, 2009, p. 135), que de algum modo sintetiza a relação intrínseca observada entre corporeidade e nacionalismo, isto é, entre a retidão corporal e um espírito nacional, ou ainda entre a educação do corpo e uma moral coletiva.

Tais associações, observadas no período, entre corpo e nação, por consequência, irão reverberar na formação dos exércitos modernos, na construção do corpo físico e psíquico do combatente, sob a égide

---

<sup>6</sup> Fato que remete ao “sistema da guerra” acima aludido, um sistema generalizado de trocas entre exércitos nacionais (ou nesse caso, instituições de “natureza” militar), operando de forma estrutural. As variáveis são outras, mas as relações permanecem pautadas pelas lógicas da “imitação” e do “espelhamento”.

da disciplina e da hierarquia, conforme se verá adiante. Assim que, seja através dos métodos ginásticos ou da educação física, ou dos nascentes desportos modernos, cuja origem pode estar associada a um *ethos* militar ou a outras instituições de caráter normativo, o que se observa, enfim, é a centralidade do corpo disciplinado na constituição da *pessoa* no âmbito de uma comunidade nacional.<sup>7</sup>

## A EDUCAÇÃO DO CORPO E DO MOVIMENTO: AS INSTITUIÇÕES E SEUS MÉTODOS

Fontana (2001), em depoimento sobre sua própria experiência escolar (em uma instituição de ensino não propriamente militar), em um Brasil em processo de “modernização” e já tomado por influências europeias, pela mimetização de seus costumes, ao menos desde a segunda metade do século XIX, no afã de tornar-se uma nação “civilizada”, diz o que segue:

Por meio de um aprendizado continuado e sutil, gestos, ritmos, movimentos, cadências, disposição física, posturas e sentidos iam sendo inscritos em nossos corpos. Na escola, aprendíamos a olhar e a nos olhar, a modular a voz ao falar, a ouvir, a calar, a regular os movimentos do corpo. [...] A ginástica, institucionalizada a partir do século XIX como modelo de educação do corpo, apresentava-se no contexto escolar como um saber a ser assimilado e como uma técnica capaz de nos ensinar a adquirir forças, a armazená-las e usá-las adequadamente. [...] sua presença na escola era também articulada aos preceitos da moralidade, que apresentavam as aulas de Educação Física como meio adequado para a educação da vontade, uma vez que o aprendizado da submissão do corpo à norma possibilitava ao indivíduo tornar-se disciplinador de si mesmo. [...] “*Mens sana in corpore sano*” – balizadas por essa máxima, as aulas de Educação Física inscreviam em nós, alunos e alunas, um modo de

---

<sup>7</sup> Ou “comunidade imaginada”, segundo conhecida definição de Anderson (1989), para quem o imaginário nacionalista, ao transcender o materialismo, permite pensar o *homem-no-cosmos*, revelando o caráter eminentemente simbólico dos nacionalismos modernos.

conceber o corpo e de usá-lo, fundados em uma ética e em uma estética da retidão (FONTANA, 2001, pp. 43-44, grifos meus).

Dentre as influências europeias mencionadas, destaca-se a chamada “corrente francesa”, a qual difundiu-se no Brasil daquele período através de “missões”. A respeito da educação física francesa, Castro (1997, p. 4) afirma que: “durante toda a segunda metade do século XIX, a chamada ‘corrente francesa’ de educação física foi dominada pelos militares e caracterizada por seu marcante ‘espírito militar’, inscrito na própria concepção geral do método e na estrutura dos exercícios”. Ainda sobre o caso francês, no início do século XX, a partir de uma comissão interministerial, criou-se, em 1904, um manual unificado de exercícios físicos para difusão nacional, o qual, posteriormente, recebeu complementos, até chegar à sua versão definitiva em 1932, denominada *Règlement général d’éducation physique (Méthode Française)*, um método de instrução física de orientação militar a ser aplicado para toda aquela nação.

No Brasil, com a chegada da chamada Missão Militar Francesa, pouco tempo após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), esse método sistematizado de educação física foi colocado em prática, adaptado ao “temperamento brasileiro” (como se dizia à época), com o título de Regulamento de Instrução Física Militar (aprovado em 1921), amparado na criação, por decreto, do Centro Militar de Educação Física (em 1922), com a finalidade de “dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física e suas aplicações desportivas” (CASTRO, 1997, p. 5); este centro não chegou a ser instalado naquele momento, mas o Método Francês continuou a ser referência para a educação física militar brasileira (CASTRO, 1997). O *Règlement général d’éducation physique* foi traduzido para a língua portuguesa e publicado em 1930, mesmo ano em que o Centro Militar de Educação Física, enfim, passou a funcionar, na Fortaleza de São João, na cidade do Rio de Janeiro, e logo passaria a se chamar Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx).<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Denominação firmada em 1933, no governo de Getúlio Vargas, e que perdura até os dias atuais.



Nesse período, ao passo que se discutia a implementação obrigatória da educação física em todos os estabelecimentos de ensino do país (fossem eles militares ou não, públicos ou privados), falava-se também da formação de um Conselho Superior de Educação Física que centralizaria trabalhos de comissões técnicas especializadas compostas por militares, a fim de estabelecer definitivamente um Método Nacional de Educação Física, em substituição ao Método Francês, então utilizado de forma adaptada. Cumpre destacar que esses debates eram feitos nos âmbitos restritos do Ministério da Guerra (atual Ministério da Defesa) e do Exército Brasileiro, e não passaram sem controvérsias, inclusive internas à caserna, e contestações por parte de setores civis ligados à educação e ao ensino no Brasil, informações estas que constam das fontes documentais apresentadas em Castro (1997). As críticas de civis ligados à educação residiam principalmente no caráter considerado inapropriado da aplicação irrestrita de um método “marcadamente militar”, com “espírito e tendência militares” (CASTRO, 1997, p. 8), para todo o conjunto da população, enquanto que militares advogavam tratar-se de “princípios comuns racionais e científicos” (CASTRO, 1997, p. 9) para justificar sua aplicação estendida para todo o “corpo da Nação”.

A Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924 na cidade do Rio de Janeiro, como um lugar de produção de debates e proposição de projetos acerca da educação escolar brasileira, tinha a educação física e o desporto escolares como temas comuns de interesse com outras entidades de influência na época como o Club dos Bandeirantes do Brasil, a Associação Cristã de Moços e a Instituição Militar, todas de caráter positivista, com as quais mantinha estreitos vínculos (LINHALES, 2009). A autora ora citada caracteriza alguns segmentos da Instituição Militar como “oficiais posicionados como uma espécie de ‘intelectualidade’ do Exército” (LINHALES, 2009, p. 346), cujos debates se davam em torno principalmente da “participação da Educação Física e também do esporte em um projeto de defesa nacional” (LINHALES, 2009, p. 348). Posteriormente, militares passaram a integrar a ABE como associados e dirigentes. Mediante esses espaços nos quais membros em comum

passaram a circular (educadores, médicos, oficiais militares etc.) e propor intervenções de caráter pedagógico, sanitário, disciplinar, a autora afirma o que segue:

[...] torna-se pertinente afirmar que as apropriações da ABE sobre a escolarização do esporte [e da educação física] se produziram em uma rede de trocas estabelecida de maneira interdependente com essas agremiações. Nessa rede, o tema em questão esteve também vinculado ao esforço de propor e coordenar um projeto cívico-nacionalista para a educação brasileira (LINHALES, 2009, p. 348).

[...] Com seus códigos, gestos, tempos, espaços, vestimentas e outras alegorias modernas, o fenômeno esportivo foi gradativamente assumindo um lugar de relevo nesse projeto de educação do corpo, tanto para a escola como para fora dela (LINHALES, 2009, p. 351).

Essas noções de racionalidade e disciplina – as pedagogias reformadas das instituições médicas, religiosas, ginásticas, escolares, militares, que Foucault (1987, p. 120) iria definir segundo uma “anatomia política do detalhe” – e de formação da nacionalidade começavam a se consolidar no interior do Exército naquelas primeiras décadas do século XX, e encontraram terreno fértil no governo de Getúlio Vargas (1930-1945),<sup>9</sup> pautado, sobretudo, nos ideais de desenvolvimento econômico e integração nacional sob um regime político centralizado. O que se buscava, naquele momento, era então a “corporificação”, por parte da população, não apenas de instruções físicas advindas dos meios militares (incutindo-lhes disciplina por métodos ratificados cientificamente), mas também de uma ideologia nacionalista, de um caráter “brasileiro”, através da difusão de forma compulsória da educação física de orientação militar para todos os estabelecimentos de ensino do país.

---

<sup>9</sup> Período conhecido como Era Vargas, convencionalmente repartido em três fases: provisória (1930-1934), constitucional (1934-1937) e autoritária (1937-1945), esta última conhecida como Estado Novo.

Acerca desse período político, Linhales afirma que “essa imagem corporal do civismo é imagem de corpos eficientemente ordenados a serviço do *corpo-nação*” e, nesse sentido, sugere olhar para “o civismo como mais uma *metáfora da disciplina*” (LINHALES, 2009, p. 356, grifos meus). No entanto, a iniciativa oficial de se criar um Método Nacional, inspirado no modelo francês, acabou por ser deixada de lado com o fim desse regime político<sup>10</sup> (CASTRO, 1997, p. 20), abrindo espaço para a introdução de novos métodos de ginástica e educação física, advindos de outras escolas, correntes e tradições nacionais, compondo métodos “eccléticos”. Entretanto, os princípios de racionalidade científica (isto é, das ciências à época e suas proposições) permaneceram com força na caserna, que, evidentemente, não perdeu seu caráter de instituição disciplinar e representativa do conjunto da nação, noções constitutivas de sua própria razão de ser; ao contrário, esses princípios acabaram por reforçar estas características presentes nos exércitos “modernos” ou “nacionais”.

Se pensarmos nas trocas recíprocas feitas entre militares franceses e brasileiros nesse período, além de contatos de militares brasileiros com escolas militares de educação física de países vizinhos, como Argentina, Uruguai e Paraguai (que não necessariamente adotavam métodos próprios, isto é, “nacionais”), casos estes relatados por Castro (1997), é possível dizer que essas concepções derivam do “sistema da guerra” (LEIRNER, 2001), que é estruturante dessas relações entre nações e exércitos nacionais, que podem ser de aliança ou de inimizade, mas sempre “imitativas”. Nesse sentido, verifica-se ampla duração e difusão no que concerne às relações entre corpo e (Estado) nação e seus correlatos ou, conforme Guedes (2011), entre “corporalidades” e “representações coletivas” (as quais são “corporificadas”) e, novamente, temos que a produção de corpos e a modulação de *pessoas*, como se pode observar pelo menos desde Mauss (2003a; 2003b), encontram-se engendradas em um mesmo processo.

---

<sup>10</sup> Não por acaso, o fim da Era Vargas, em 1945, coincide com o fim da Segunda Guerra Mundial, período de reordenamento das relações no âmbito dos Estados nacionais.

## MILITARES, DESPORTOS E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA QUESTÃO DE ESTADO

Como visto a partir de Castro (1997), o Centro Militar de Educação Física, criado em 1922, com o objetivo de estabelecer um Método Nacional, viria a se tornar, em 1933, a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), assim denominada até os dias atuais, e instalada desde o início no mesmo lugar, a Fortaleza de São João, na cidade do Rio de Janeiro. Em pesquisa documental sobre as relações do Exército com a educação física e o esporte nacional, feita a partir de boletins e revistas dos arquivos da EsEFEx, Soeiro e Tubino (2003, p. 336) estabeleceram uma classificação em cinco fases distintas, de acordo com as influências, contribuições e características de cada período, transcritas a seguir:

- a) Fase da Busca da Eugenia e de Influência na Formação de Profissionais de Educação Física e de Medicina Esportiva (1933 a 1941);
- b) Fase do uso do Esporte na preparação para a Guerra e de Influência na Administração Esportiva (1942 a 1967);
- c) Fase de Cientificação do Treinamento Esportivo (1968 a 1979);
- d) Fase de valorização do Esporte Militar (1980 a 1989);
- e) Fase de Reestruturação no Sentido da Ciência do Esporte (1990 a 2000).

A primeira fase (1933-1941), como já aludido anteriormente, refere-se à busca de um “caráter brasileiro”, de um “método nacional”, a partir da formação de orientação militar de profissionais de educação física para expandir o método da caserna para todo o conjunto da população, isto é, para o “corpo da Nação”. Os autores mencionam também o papel desempenhado pela EsEFEx e o pioneirismo na formação oferecida em medicina esportiva, um dado importante no que se refere à relação entre a caserna e os esportes, e que ao mesmo tempo reforça o caráter racional e científico dos usos do corpo (pautados no controle disciplinar e gestos precisamente calculados) que se fortaleceu no interior

do Exército nesse período. Cumpre notar que a escola militar formava também profissionais civis (quadros de magistério e da área da saúde, por exemplo) e incentivava a criação de institutos de ensino para aplicação da educação física de orientação militar. A extinta Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), criada em 1939, no âmbito da Universidade do Brasil, foi dirigida por quase dez anos pela EsEFEx, que inclusive cedeu parte de seu corpo docente e determinou suas rotinas e grades curriculares (CASTRO, 1997; SOEIRO; TUBINO, 2003). Nesse período, convencionalmente chamado de Estado Novo, constavam como características do governo de Getúlio Vargas o “estado (sic) forte orientado por uma política centralizadora e intervencionista onde figurava a ideia da colaboração nacional em prol do desenvolvimento da pátria” (SOEIRO; TUBINO, 2003, p. 338).

A segunda fase (1942-1967), que, evidentemente, não se encontra apartada da primeira, é marcada pela aplicação do desporto como instrumento de preparação físico-corporal para a guerra, pela publicação e circulação de manuais técnicos, e pela participação direta de militares na administração esportiva nacional, conforme segue:

A segunda fase foi caracterizada pelo uso do esporte para preparação do soldado, pelo preenchimento de cargos em diversas confederações e federações esportivas, pela contribuição na organização de eventos esportivos e publicações diversas como livros, artigos e manuais na área de Educação Física e do esporte (SOEIRO; TUBINO, 2003, pp. 338-339).

Pode-se dizer que essas mudanças são reflexos não apenas da política interna do país, mas também das experiências vividas ao longo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), do aprendizado e reformulação de técnicas, das alianças com outras nações e absorção de suas práticas, afinal, como vimos em Leirner (2001), inspirado em autores da escola antropológica francesa, como Lévi-Strauss (1976; 2014) e Pierre Clastres (1980; 2012), guerras são “trocas”. De acordo com Soeiro e Tubino (2003, p. 339), “[...] o intercâmbio da EsEFEx com o exterior foi muito grande;

foram realizadas diversas visitas às instalações da Escola e alguns militares viajaram ao exterior em busca do que havia de mais moderno na educação física”. E, apesar de esses intercâmbios terem proporcionado à educação física “brasileira” o acesso a métodos e saberes considerados atualizados para a época, cumpre notar que a intensificação do treinamento militar observada nesse período, visando à produção de soldados para a guerra, provocou uma diferenciação significativa entre a educação física civil e a militar (SOEIRO; TUBINO, 2003).

Apesar disso, o conhecimento especializado adquirido pelos profissionais da EsEFEx nessa conjuntura de trocas com o exterior e, mais especificamente, o aprimoramento da *expertise* em educação física e desportos, aliado à noção ainda vigente de que o Exército, por sua “natureza” disciplinar, deveria coordenar as áreas referentes à capacitação física em âmbito nacional, culminou nos seguintes desdobramentos: militares instruídos nessas áreas, através de participações em cursos, estágios e simpósios, passaram a ocupar cargos não apenas de direção da educação física escolar no país, como dos comitês esportivos, federações e confederações esportivas (SOEIRO; TUBINO, 2003), organizando competições e cuidando da preparação atlética de seus participantes. Tabora de Oliveira (2009, pp. 406; 412) atenta para os estreitos vínculos existentes entre a educação física, o esporte e o ideário militar, expressos em características como “hierarquia”, “disciplina”, “autoridade”, “comando”, “obediência”, “regras”; além disso, tais vínculos se expressam e tomam corpo nas relações políticas, na presença de militares à frente de entidades como o Conselho Nacional de Desportos (CND) e a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), isto é, no organograma da política esportiva brasileira.<sup>11</sup>

A terceira fase (1968-1979) foi marcada por um aprofundamento do caráter científico do treinamento físico e desportivo, incluído aí o rol de saberes da medicina esportiva, e da noção de que os esportes contribuiriam

<sup>11</sup> É preciso destacar que esse período compreende a passagem para um regime político civil-militar autoritário no Brasil, fortemente marcado por um discurso “tecnocrático”, isto é, de ocupação de cargos e funções políticas por “técnicos” e “especialistas”, o que explica, em parte, a predominância dos métodos de capacitação e educação física de orientação militar no período.

para a preparação física e psicológica do soldado. Entretanto, nesse período, os militares também passaram a atribuir mais enfaticamente aos esportes uma função de “coesão”, de fortalecimento do grupo e do “espírito de combate”, conforme passagem a seguir:

O Ministro do Exército incentivou as práticas esportivas em todas as guarnições do país, afirmando a importância da preparação física e psicológica do combatente através do desenvolvimento de sadio espírito de competição e camaradagem entre os elementos do Exército Brasileiro. (SOEIRO; TUBINO, 2003, p. 339)

Nesse período, intensificando o processo em curso desde a fase anterior, os militares passaram a capacitar-se para a “alta performance” e a preparar-se para competições esportivas de alto rendimento, organizando calendários de eventos esportivos militares e participando, inclusive, de competições “civis” nacionais e internacionais. De acordo com Tabora de Oliveira (2009, p. 396), a política do regime civil-militar autoritário para “o desenvolvimento do esporte em todos os níveis foi o estabelecimento de intercâmbios com envio de missões de professores, técnicos e atletas brasileiros a diferentes países considerados mais desenvolvidos no esporte”.<sup>12</sup> Para além de questões de cunho político-ideológico, de alinhamento geopolítico com este ou aquele “bloco de poder”, a preocupação era, afinal, “o desenvolvimento do esporte brasileiro na sua dimensão técnica e organizativa [...] segundo parâmetros internacionais, portanto, universais” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009, p. 397). O “universo” do esporte, tal qual o da caserna, também produz suas relações de troca.<sup>13</sup>

Percebe-se, então, nesse período, através das “missões esportivas” e de uma política esportiva de âmbito nacional que emerge (aliada à

---

<sup>12</sup> Alemanha, Estados Unidos, Itália, Inglaterra, Argentina e União Soviética foram os casos citados pelo autor.

<sup>13</sup> Embora o “universo” esportivo, com suas inúmeras categorias, modalidades, federações, ligas etc. seja muito mais diverso e heterogêneo que o da caserna nos seus regimes corporais, psíquicos, técnicos, normativos.

prática da educação física estendida às instituições de ensino do país), uma imbricação mais explícita entre os esportes “civis” e os esportes “militares”, que se realiza primeiramente na inserção de treinamentos físicos pautados na racionalidade (e moralidade) médico-científica, que, com o tempo, foram adquirindo ares mais dinâmicos na forma de desportos dentro do Exército, tanto “civis” quanto “militares”. Como afirma Gastaldo (2001, p. 215), em pesquisa sobre a “corporalidade” nos “esportes de combate”, e em consonância com análises de Elias e Dunning (1985) sobre a modernidade e o desenvolvimento do desporto, “a crescente penetração do esporte na sociedade ao longo do século XX ‘desportivizou’ muitas técnicas originalmente voltadas ao uso pragmático”. Esse é um fenômeno importante para se compreender essa relação, pois, com a chamada “parlamentarização da vida pública”,<sup>14</sup> o esporte emerge como “um elemento da cultura potencialmente afeito à disseminação do nacionalismo” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009, p. 405).

Nesse sentido, pode-se observar que técnicas de combate e defesa, que fabricariam um “corpo guerreiro”, a princípio voltadas exclusivamente à preparação do soldado para a guerra, como as chamadas “artes marciais” (GASTALDO, 2001; PIRES, 2018), se “esportificaram” ao longo desse período. Pode-se citar ainda como exemplo as “cavalhadas e procissões militares portuguesas” que por aqui repercutiram desde períodos pré-republicanos, já como “festas e jogos de corte” que marcavam comportamentos, distinções e pertencimentos (PRIORE, 2009), algo como uma replicação simbólica ou metáfora da guerra, e que posteriormente adquiriram ares desportivos na forma de práticas como o turfe, o polo e o hipismo. Importante dizer que essas passagens no tempo histórico não necessariamente significam rupturas, afinal, as distinções de *status* ainda permanecem, talvez sob outras roupagens, nas práticas esportivas contemporâneas,<sup>15</sup> e o uso da cavalaria voltado para o combate, por sua

<sup>14</sup> Que compreende a domesticação dos costumes, controle dos impulsos, estabelecimento de normas e leis comuns, ordenamento formal das relações, entre outros processos ocorridos, da renascença à modernidade, no âmbito das ditas sociedades ocidentais, e que contribuíram para a conformação dos nacionalismos e por conseguinte do chamado fenômeno esportivo moderno (ELIAS, 1994; ELIAS; DUNNING, 1985).

<sup>15</sup> Como pode ser observado a partir das dicotomias amador/profissional, lúdico/competitivo,



vez, segue sendo bastante utilizado em determinados segmentos militares, sendo a Cavalaria uma das Armas a que cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), por exemplo, podem ser encaminhados na sua formação militar (CASTRO, 2004).

E, a partir da *esportificação* de técnicas (cuja contraparte é a *militarização* dos desportos), o Exército também se “esportifica” na ocupação de cargos de gestão esportiva em âmbito nacional por profissionais especializados da EsEFEx. Talvez o mais conhecido exemplo desse estreitamento de relações seja o da seleção brasileira de futebol, que utilizou um programa militar de capacitação física nos treinamentos da equipe para a Copa do Mundo de 1970. Exaltada, sobretudo, por suas qualidades técnicas e plasticidade, a seleção brasileira, vencedora daquele certame, era considerada também disciplinada, composta de “atletas soldados” (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 142 *apud* NEGREIROS, 2009, p. 310). A partir de então, impulsionados talvez, em alguma medida, pelo sucesso da “seleção canarinho”, cursos de formação em treinamento esportivo (com destaque para a preparação física “militarizada”, ou de orientação militar) oferecidos em universidades e laboratórios de pesquisa “civis” ganharam força e notoriedade, com incentivos do Exército e aproveitamento, inclusive, de suas escolas e centros de educação e capacitação física.

A quarta fase (1980-1989), porém, caracterizou-se por uma retração da EsEFEx na política esportiva nacional,<sup>16</sup> mas “a política esportiva do Exército permaneceu a mesma do período anterior” (SOEIRO; TUBINO, 2003, p. 339). Com isso, voltou-se o foco exclusivamente para os “esportes militares”, que são, basicamente, esportes que simulam situações de guerra, “atividades criadas especificamente dentro das corporações envolvendo práticas específicas onde são simuladas partes do treinamento funcional exigido pela atividade militar” (CANCELLEA, 2012, p. 59), como “pentatlos” (militar, naval e aeronáutico, referentes a cada uma das três Forças, compostos por circuitos de corrida com obstáculos, natação de

---

ou do “perfil socioeconômico” (na falta de melhor termo) predominante em cada modalidade.

<sup>16</sup> Influenciada, certamente, pelo fim do regime político autoritário dirigido pelos militares, o que conseqüentemente gerou como efeito o afastamento destes de qualquer atividade considerada “política”, como a gestão do esporte nacional.

salvamento, escaladas, tiro esportivo etc.), “orientação” (provas com mapa e bússola em ambientes considerados adversos, cujo objetivo é atingir, ao longo do percurso, determinados pontos marcados no terreno, no menor tempo possível), e “paraquedismo” (cujas provas envolvem formação em queda livre, *freestyle*, pouso de precisão etc.). A prática dos “esportes militares” no interior da caserna permanecia atrelada a uma lógica utilitária, de exercícios voltados para a preparação física e psicológica do soldado, de aperfeiçoamento da técnica e do “espírito”, e tais atividades eram incorporadas em manuais de caráter científico circulados internamente. Nesse período, os corpos dos militares passaram a ser submetidos a exames físicos mais rigorosos dentro do Exército para verificação de suas capacidades e aptidões físicas.

Por fim, a quinta fase (1990-2000) caracterizou-se principalmente por dois movimentos: primeiramente, o distanciamento, já observado no período anterior, mas agora visto com maior clareza, entre a EsEFEx e as instituições civis de ensino da educação física e do desporto no país, bem como das entidades esportivas nacionais; e, posteriormente, em 1991, a criação do Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx), uma espécie de laboratório da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), “criado para obter uma interdisciplinaridade entre o esporte, a saúde, a pesquisa e a preparação dos discentes para atuarem nesta área” (SOEIRO; TUBINO, 2003, p. 339). Assim, as pesquisas científicas sobre o corpo, a fisiologia, a biomecânica, o movimento etc. passaram a concentrar-se a partir de então no CCFEx, enquanto a EsEFEx foi mantida como espaço de circulação desses saberes, ao atuar na formação de profissionais militares nas áreas de educação física e medicina esportiva, inclusive com parte de seu corpo docente formada em universidades “civis” e o estabelecimento de convênios com estas para a oferta de cursos de pós-graduação no interior da EsEFEx.

Esse breve panorama histórico ajuda a compreender a relação entre a educação física, os esportes e a caserna, bem como o lugar do Exército na educação escolar, na promoção de uma pedagogia física e na política esportiva nacional ao longo dos tempos, cujas intervenções pautavam-se, evidentemente, por métodos e doutrinas de orientação

militar, conformados por uma lógica científica de guerra, de preparação físico-psíquica dos componentes ou elementos do “corpo da Nação”. De modo mais amplo, verifica-se, através de relações estruturais (e impessoais) de troca, mas também de relações de poder, por meio de “tecnologias políticas” (FOUCAULT, 1987), a relação ubíqua entre os usos racionais do corpo, a disciplina dos gestos, movimentos, posturas e comportamentos, e as representações coletivas, simbólicas, metafóricas, que associam “corpo” e “espírito”, corporeidade e nacionalismo. Passemos agora para tempos mais recentes para tratar da reaproximação entre militares e gestão política através do desporto de representação nacional.

## **A REINserÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO DA POLÍTICA E GESTÃO ESPORTIVA NACIONAL**

Conforme visto, houve uma relação de bastante proximidade entre militares, educação física e desportos no Brasil entre as décadas de 1930 e 1980, e um distanciamento observado a partir dos anos 1990. Em meados dos anos 2000, porém, observou-se uma reaproximação dos militares na política esportiva nacional através da contribuição de setores do Exército na preparação física de atletas e fornecimento de infraestrutura para treinamentos, com vistas aos grandes eventos esportivos que o país sediaria nos anos seguintes,<sup>17</sup> em convênio firmado entre os Ministérios do Esporte e da Defesa (por meio da Comissão Desportiva Militar do Brasil). Note-se a presença, neste rol de eventos, dos Jogos Mundiais Militares, organizados pelo Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM, na sigla em inglês), sediado em Bruxelas, Bélgica.<sup>18</sup>

De acordo com Guirra (2014), essa série de grandes eventos esportivos sediados no Brasil cumpriu com dois propósitos principais: o

---

<sup>17</sup> O que inclui os Jogos Pan-Americanos de 2007, os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

<sup>18</sup> Entidade de pouco apelo midiático, mas de muita relevância no cenário esportivo mundial, o CISM ocupa a terceira posição em número de países associados (GUIRRA, 2014), ficando atrás apenas do Comitê Olímpico Internacional (COI) e da Federação Internacional de Futebol Associação (FIFA), responsáveis, respectivamente, pela organização dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo.

primeiro, a tentativa de colocar o Brasil entre as dez maiores potências esportivas do mundo, por uma agenda<sup>19</sup> pré-definida que se inicia com a preparação para os Jogos Pan-Americanos de 2007 e o estabelecimento de convênios e parcerias, dentre elas a que resultou na criação, em 2008, do Programa Atletas de Alto Rendimento (dando origem aos chamados *atletas militares*),<sup>20</sup> para culminar no cumprimento dessa meta nos Jogos Olímpicos de 2016 (o que não ocorreu, já que o Brasil ficou em 13º lugar no quadro de medalhas); e, como parte desse processo, o segundo propósito seria a reinserção das Forças Armadas, pela gestão interna dos esportes, no cenário esportivo nacional e internacional. Pode-se dizer que esse plano foi relativamente exitoso, uma vez que o Brasil obteve o 1º lugar nos Jogos Mundiais Militares de 2011 e, atualmente, as Forças Armadas, sobretudo o Exército, ocupam posição de colaboração estreita com o esporte nacional, refletidas na ocupação de cargos no organograma da política esportiva brasileira, na cessão de estruturas e recursos humanos para treinamento, tratamento e capacitação física e no fomento direto às modalidades esportivas e atletas de alto rendimento no país.

Importante destacar que aqui se está falando quase que exclusivamente de atletas “civis” que são temporariamente incorporados às Forças Armadas para representar Exército, Marinha ou Força Aérea em competições esportivas de alto rendimento; momento, enfim, de nova conjugação entre os esportes e a educação física “civis” e o regime disciplinar castrense. No entanto, embora a participação mais recente de militares no chamado esporte de representação nacional (GUIRRA, 2014) seja bastante significativa (pelos recursos mobilizados e resultados atingidos) e reative signos que associam “corpo” disciplinado e “espírito” nacional, o que parece predominar dessa vez, em lugar das tentativas de

---

<sup>19</sup> Agenda que consta das resoluções da III Conferência Nacional do Esporte, ocorrida em 2010, em Brasília. A propósito, o tema da conferência era “Por um Time chamado Brasil: 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”.

<sup>20</sup> Para maiores detalhes e adensamentos sobre o programa militar de fomento a atletas olímpicos, que dá origem aos chamados *atletas militares*, bem como análises em torno da noção de *pessoa esportivo-militar* e as relações entre corpo, esporte e caserna, ver Thomaz (2019a; 2019b).

ampla difusão dos métodos e doutrinas de orientação militar,<sup>21</sup> são os interesses de grupos dirigentes das federações, confederações, comitês, ministérios e secretarias.

Logo, não é diretamente pela retomada do controle político que os militares, que nas últimas décadas deixaram de ocupar cargos de direção da educação física e do desporto nacional, se reinserem no cenário da gestão esportiva nacional, mas principalmente através de fomentos aos esportes “civis” de alto rendimento, por meio de programas e parcerias com instituições, organizações e entidades esportivas “civis”.<sup>22</sup> E, apesar de as Forças Armadas (o Exército à frente) emergirem novamente com destaque no cenário esportivo nacional, após aproximadamente duas décadas de afastamento, Guirra (2014) destaca que os “esportes militares” seguem ocupando posição periférica no sistema esportivo brasileiro, não só pela transferência maciça de recursos e investimentos em pesquisas nas áreas de ciências do esporte para os cursos e laboratórios de educação física das universidades (isto é, lugares onde a disciplina de orientação militar perde circulação), como pela perda de representatividade política da Comissão Desportiva Militar do Brasil junto às entidades gestoras do esporte brasileiro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do artigo, procurei pontuar análises acerca das relações entre Exército, corporeidade e nacionalismo em vários períodos, através da ginástica, da educação física, do esporte, enfim, de “práticas corporificadas”, que associam corpo disciplinado e espírito coletivo, para posteriormente passar a um quadro mais recente, dos grandes eventos, dos programas

---

<sup>21</sup> Métodos e doutrinas advindos do conceito referido anteriormente de “Nação em Armas” (CASTRO, 1997). Entretanto, isso não significa que tais motivações não estejam ainda presentes nas ações simbólicas de guerra promovidas pelas Forças Armadas, inclusive através do esporte “civil”. A estrutura hierárquica tende a preservar as relações de troca que constituem sua própria razão de ser, ainda que as variáveis mudem (LEIRNER, 1997; 2001).

<sup>22</sup> Embora o Ministério da Defesa tenha tido importante participação no gerenciamento dos recursos, materiais e humanos, para o desenvolvimento do esporte nacional e a organização dos eventos esportivos (CASTRO; POFFO; SOUZA, 2016).

esportivos e atletas militares; em vista disso, talvez não caiba aqui sintetizar o que já foi dito, mas tentar estabelecer algum prognóstico. De modo que, no intuito de concluir, apresento alguns indícios de que a relação entre “corpo” e “nação”, fortemente reiterada pelas doutrinas militares, se alterou sua configuração ao longo dos tempos, segue praticamente intacta na sua lógica de reprodução simbólica.

Se as Forças Armadas, no contexto atual, se associaram aos esportes “civís”, é provável que busquem retomar alguma influência ou protagonismo e, assim, obter algum retorno para os “esportes militares”, que também são “nacionais”,<sup>23</sup> ou, e talvez este seja o aspecto principal, recuperar o *status* de instituição de referência no que diz respeito à capacitação física e treinamento esportivo. Uma tentativa, enfim, de angariar algum capital na política esportiva nacional no âmbito dessa agenda que projetava o país entre as dez maiores potências olímpicas em um período de dez anos. Há ainda a hipótese de que essa reinserção seja parte de uma estratégia mais ampla de “propaganda”, de modo a manter a “máquina de guerra” operando através dos confrontos metafóricos entre nações produzidos pelo esporte; a lógica operacional encontra-se na própria “natureza” dessa instituição, pautada na hierarquia e na disciplina.

Enfim, se a maior parcela dos investimentos feitos a partir da agenda esportiva supracitada foi destinada aos esportes olímpicos e aos grandes eventos esportivos sediados no país, o que se destaca, nesse contexto, é que as Forças Armadas, encabeçadas pelo Exército, ainda que não pela via direta do fortalecimento dos “esportes militares” e da Comissão Desportiva Militar do Brasil, e não ocupando cargos de direção da educação física e do desporto nacional, operaram um plano aparentemente eficaz de reinserção na política esportiva nacional e, talvez mais amplamente, de veicular, em tempos de dissolução das guerras nacionais, uma “propaganda” que chancela suas ações e a elas confere sentido, colocando em movimento, através do esporte e seu caráter disciplinar e mimético, o mecanismo da guerra; conjugando, enfim, *corpo e nação*.

---

<sup>23</sup> A este respeito, Guirra (2014, p. 161) afirma que “[...] os atletas militares incorporados às Forças Armadas, em grande parte, são os mesmos patrocinados pelo Ministério do Esporte e que fazem parte do Time Brasil, a seleção olímpica nacional [...]”

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- CANCELLA, Karina. A prática de esporte entre “oficiais graduados” e “as simples praças”: instrumento para “desenvolvimento físico do pessoal” ou prática “em promiscuidade completa”? *Revista Brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, ano III, n. 9, p. 56-69, dez. 2012.
- CASTRO, Celso. In corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil. *Antropolítica*. Niterói, n. 2, p. 61-78, 1º sem. 1997.
- CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CASTRO, Suélen Barboza Eiras de; POFFO, Bianca Natália; SOUZA, Doralice Lange de. O financiamento do esporte de alto rendimento no Brasil: uma análise do programa “Brasil no Esporte de Alto Rendimento” (2004-2011). *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 24, n. 3, p. 146-157, 2016.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Pesquisas de Antropologia Política. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Volume 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizacional*. Lisboa: Difel, 1985.
- FONTANA, Roseli. O corpo aprendiz. In: CARVALHO, Yara Maria de; RUBIO, Katia (Org.). *Educação Física e Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GASTALDO, Edison. A forja do Homem de Ferro: a corporalidade nos esportes de combate. In: LEAL, Ondina Fachel (Org.). *Corpo e significado: ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.
- GUEDES, Simoni. Os estudos antropológicos dos esportes no Brasil: perspectivas comparadas com a América Latina. *Antropolítica*. Niterói, n. 31, p. 31-43, 2011.
- GUIRRA, Frederico. *Os V Jogos Mundiais Militares no Brasil e a reinserção do esporte militar na política esportiva nacional*. Tese (Doutorado em Educação Física), Programa de Pós-Graduação em Educação Física, FEF/UNICAMP, Campinas, 2014.
- LEIRNER, Piero. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- LEIRNER, Piero. *O sistema da guerra: uma leitura antropológica dos exércitos modernos*. Tese Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, FFLCH/USP, São Paulo, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Guerra e comércio entre os índios da América do Sul. In: SCHADEN, Egon (Org.). *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- LINHALES, Meily. Esporte e escola: astúcias na “energização do caráter” dos brasileiros. In: PRIORE, Mary del; MELO, Victor Andrade de (Org.). *História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003a.



- MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003b.
- NEGREIROS, Plínio. O Brasil no cenário internacional: Jogos Olímpicos e Copa do Mundo. In: PRIORE, Mary del; MELO, Victor Andrade de (Org.). *História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- PIRES, Lucas. *Com as próprias mãos: etnografia das artes marciais e da defesa pessoal no treinamento policial militar*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, CECH/UFSCar, São Carlos, 2018.
- PRIORE, Mary del. Jogos de cavalheiros: as atividades físicas antes da chegada do esporte. In: PRIORE, Mary del; MELO, Victor Andrade de (Org.). *História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- SANT’ANNA, Denise. Educação Física e História. In: CARVALHO, Yara Maria de; RUBIO, Katia (Org.). *Educação Física e Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- SOARES, Carmen. Da arte e da ciência de movimentar-se: primeiros momentos da ginástica no Brasil. In: PRIORE, Mary del; MELO, Victor Andrade de (Org.). *História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- SOEIRO, Renato; TUBINO, Manoel. A contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o esporte nacional: 1933 a 2000. *Fitness & Performance Journal*, v. 2, n. 6, p. 336-340, 2003.
- TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1964-1985). In: PRIORE, Mary del; MELO, Victor Andrade de (Org.). *História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- THOMAZ, Diego Wander. *Medalha e continência: uma etnografia de atletas militares no esporte de representação nacional*. Dissertação (Mestrado em

Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, CECH/UFSCar, São Carlos, 2019a.

THOMAZ, Diego Wander. Notas antropológicas sobre a construção do corpo e da pessoa em atletas militares de alto rendimento. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 13., 2019, Porto Alegre. *Anais eletrônicos*. Porto Alegre: UFRGS, 2019b. Disponível em: <<http://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/site/anais2?AREA=35>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

Texto recebido em 16/03/2020 e aprovado em 27/05/2020